VII Seminario Estadual de Estudos Territoriais
II Jornada de Pesquisadores sobre a questão agraria no Paraná

# DESAFIOS DA AGROECOLOGIA NO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU. APONTAMENTOS SOBRE UMA METODOLOGIA DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NO MEIO RURAL PARANAENSE

Pedro Ivan Christoffoli[1]

Cristina Sturmer dos Santos[2]

## INTRODUÇÃO

O Território Cantuquiriguaçu (PR) localizado entre as mesorregiões Oeste e Centro-Sul do Estado do Paraná é formado por vinte municípios, com diversidade de atores sociais, entre os quais camponeses com terra e sem-terra, indígenas, atingidos por barragens, entre outros. (CONDETEC, 2009). Nele se localizam quarenta e nove assentamentos rurais com 4.204 famílias num universo de vinte mil famílias de agricultores. Nos últimos anos no Território tem-se implantado iniciativas ligadas à Agroecologia e ao desenvolvimento regional.

Essas iniciativas são impulsionadas dentre outras, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), com apoio de instituições como o Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO). Esses atores sociais têm empregado recursos financeiros e humanos de forma continuada visando a conversão da matriz produtiva da região. Entretanto não se verificou, até recentemente, a adesão massiva dos agricultores à produção agroecológica. Por exemplo, no Assentamento Ireno Alves dos Santos, localizado em Rio Bonito do Iguaçu, mesmo com inúmeras atividades organizadas nesse sentido não existe uma efetividade de transição ecológica da produção, visto que menos de 10% das 934 famílias têm sua produção em processo de conversão (CEAGRO, 2011).

[1] Professor do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGADR) da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Laranjeiras do Sul (PR)

[2] Mestranda do PPGADR/UFFS.

A discussão acerca das metodologias até então adotadas levou a propostas que buscaram modificar esse quadro, como o direcionamento do trabalho da ATER; a constituição do Núcleo de Certificação Participativa da Rede Ecovida de Agroecologia, a estruturação do projeto de produção e agroindustrialização de leite agroecológico, o estabelecimento de feiras agroecológicas em 5 municípios e a formação superior de quadros técnicos e acadêmicos via UFFS (graduações com ênfase em agroecologia, especialização em produção de leite agroecológico e um Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável).

Os agricultores dessa região, como parte do campesinato possuem uma heterogeneidade significativa tendo racionalidades diferentes de acordo com o grau de integração ao mercado e a relação com sua base de recursos (PLOEG, 2006). Dessa forma, pensar uma estratégia de transição agroecológica em nível territorial pressupõe articular iniciativas e estímulos diferenciados para cada segmento. Sob esta perspectiva de adaptação e ressignificação da transição agroecológica o presente artigo busca realizar apontamentos sobre o processo de transição agroecológica no Território Cantuquiriguaçu. A seguir apresenta-se o referencial do trabalho, posteriormente apontamento sobre o processo de transição no território e as considerações do estudo.

## REFERENCIAL TEÓRICO

O debate sobre a riqueza e o processo de acumulação das nações possui uma associação aos conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico. Inicialmente se associava o desenvolvimento de um país a ideia quantitativa de crescimento e quantidade de riqueza que a nação em questão possuía. Essa concepção começou a se modificar a partir do século XX, fruto das discussões mais aprofundadas sobre questões ambientais, problemas sociais causados pelo processo de crescimento das economias nacionais e a ineficiência econômica do modelo adotado (CONTERATO E FILIPPI, 2009). Nesse processo de evolução da discussão sobre crescimento e desenvolvimento ocorre um aumento da complexidade a respeito do que se entende por desenvolvimento. Esta complexidade incorpora aspectos qualitativos relacionados ao bem-estar social. Assim, o parâmetro para o desenvolvimento de um país deixou de ser o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* dando

lugar a outros indicadores relacionados a saúde, habitação, lazer e educação, e que respondem a dimensões para além da econômica (SEN, 2000).

No mesmo sentido, a complexidade do conceito de desenvolvimento está presente nas visões distintas que são colocas sobre ele, nas diferentes escalas que pode ser analisado (local, regional, nacional), nos seus enfoques (rural, urbano, sustentável) ou suas dimensões (social, econômica, cultural, ambiental) (DALLABRIDA, 2010). Porém, um ponto que não pode ser esquecido é o caráter político e as relações de poder que permeiam essas definições, um conceito invariavelmente está imerso em um contexto de disputas de poder. Nessa perspectiva e buscando ter elementos para uma discussão da agroecologia no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, apresenta-se inicialmente uma critica ao modelo de desenvolvimento econômico neoclássico, seguido da problematização dos efeitos desse modelo de desenvolvimento sobre o rural e a visualização de uma abordagem para analisar agricultores familiares e dinâmicas territoriais tendo como foco a agroecologia.

**Desenvolvimento e o modelo neoclássico**

Existem inúmeras discussões sobre as teorias do desenvolvimento econômico, bem como, a respeito de quais os fatores de produção e agentes econômicos que possuem a capacidade de serem promotores desse desenvolvimento. Observando os teóricos clássicos da economia, mais precisamente Adam Smith (1723-1790), David Ricardo (1772-1823) e Karl Marx (1818-1883), não existe uma síntese sobre desenvolvimento econômico, sendo desenvolvimento sinônimo de crescimento econômico (HUNT, 2005). Com as modificações que ocorreram na sociedade a teoria proposta por Smith foi removida de seu contexto de interpretação e os pressupostos sobre o que se entende por “desenvolvimento” e de como seria o funcionamento da dinâmica econômica cominam em um modelo econômico neoclássico. Esse modelo consolida-se em uma visão reducionista e simplificadora das relações econômicas e sociais, pelo qual aprofundam-se problemas sociais, culturais, políticos e ambientais.

Dentre as limitações desse modelo de desenvolvimento neoclássico estão as de ordem social e política, como as abordadas na critica realizada por Karl Polany no processo de contestação da mentalidade que é propagada pela visão de que “em vez de o sistema

econômico estar integrado no tecido das relações sociais, estas relações encontravam-se agora integradas no sistema econômico" (POLANY, 1978, p.14). O movimento do mercado e sua lógica, aparentemente, seriam o fundo de todas as explicações e motivações das relações existentes, de forma que no processo de desenvolvimento capitalista tudo passaria gradualmente por um processo de mercantilização. Analisando esse processo e abordando o desenvolvimento do mercado capitalista, Polany (1978) enfatiza que ocorreu a criação das mercadorias das "mercadorias fictícias": trabalho, dinheiro e terra. Considerando essa criação um processo de conversão e convencimento histórico dos indivíduos para que acreditem que esses três elementos podem ser apropriados e vendidos, de maneira a gerar uma grande disfunção entre a natureza humana e a econômica.

A critica de Polany abre espaço para uma sociologia econômica, que discute e problematiza a visão neoclássica que considera que o mercado é um ente desprovido de relações sociais e movido (e auto-regulado) por suas próprias forças. Todo esse contexto está envolto na falácia economicista que conduz a interpretações e relações contraditórias as verdadeiras interações da economia humana. Esse distanciamento conduz não apenas a uma ação econômica destrutiva mais abrange outros setores da vida social, chegando a um estágio no qual "a civilização industrial ainda poderá aniquilar o homem" (POLANY, 1978).

A esse argumento está associada a ideia de progresso, expressão naturalizada e de certa maneira central na civilização industrial. O progresso, como exposto por Dupas (2006), é um conceito que permeia as interpretações cientificas e a definição das premissas sociais. Com base nesse conceito social e historicamente construído entende-se que movimentos que promovam o "novo" e para "frente" são desejados. Por essa perspectiva a modernidade inicia uma marcha em "direção ao progresso", orientando um processo cientifico que produz tecnologias nesse sentido. Outro elemento é a pressuposta neutralidade do progresso, uma vez que através dele a humanidade atingiria seu estágio livre e ótimo de organização (DUPAS, 2006). No entanto, em decorrência dos problemas verificados com esse "modelo progressista", observa-se uma deficiência de paradigma cientifico.

Considerando o modelo de desenvolvimento científico, apontado por Kuhn (1975), que constroem explicações através de quebra cabeças, onde cada peça é colocada por um processo de "descobrimento" reconhecido pela comunidade cientifica como válido,

acumulam-se as lacunas no quebra-cabeça e pressuposto inválidos (baseados em quebra cabeças anteriores falhos). Existe dessa maneira um cenário de progresso e avanço científico que camufla uma ciência que constrói explicações parciais, que não são neutras e desprovidas de interesses ou ideologia.

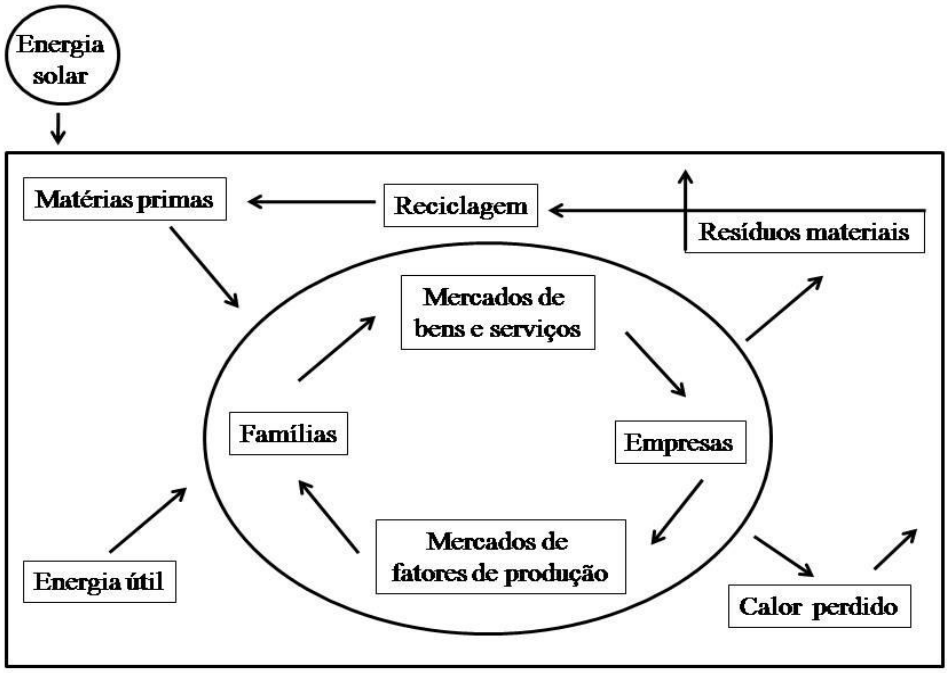
Esse paradigma evolucionista aplica-se também as sociedades, estabelecendo-se degraus e etapas a serem seguidas para atingir a melhor configuração social e econômica. Assim, como Rostow (1974, p.16), propõem seria possível "enquadrar todas as sociedades, em suas dimensões econômicas, dentro de uma das cinco seguintes categorias: a sociedade tradicional, as precondições para o arranco, o arranco, a marcha para a maturidade e a era do consumo de massa". Essa colocação explicita o que a visão hegemônica entende por desenvolvimento econômico e como encara e compreende outras sociedades e valores que não são necessariamente orientados pela lógica de mercado. Por essa perspectiva existem países que ainda estão desenvolvendo suas forças produtivas e que com a "receita" certa atingiram o estágio das nações ricas de desenvolvimento econômico.

Pensando o caso da América Latina e outras experiências, Furtado (1968) propõem uma interpretação sobre o processo de desenvolvimento das economias e a origem de suas diferenças. Para o autor o processo de enriquecimento e crescimento das economias centrais constitui a fonte das desigualdades geradas nas periferias. Assim, o próprio sistema conduz a esse processo de distanciamento entre as economias, uma vez que se cria um dualismo tecnológico que conduz ao desequilíbrio dos fatores[3] (FURTADO, 1968). De forma que o discurso de desenvolvimento pautado no crescimento econômico e fortalecimento de mercado é falho e não satisfaz a todas as sociedades e configurações sociais. Martínez Alier (2000) também contesta este modelo propondo que se considerem os fluxos ecológicos dentro do

[3] Por meio do comercio entre os países através das vantagens comparativas e da especialização proposta pela divisão internacional do trabalho acreditava que se teria um eixo dinamizador do desenvolvimento no mundo. No entanto quando as economias trocam que possuem valores agregados diferentes existem efeitos diretos na estruturação de suas produtos economias.

sistema econômico. Assim, quando se avalia uma economia a dois setores[4] consideram-se os processos descritos na **Figura** 1.

Figura **1** – Fluxo da economia a dois setores como sistema aberto.




Fonte: adaptado de Martínez Alier, 2000.

Interpretando a economia como um sistema aberto e que possui relações com a ecologia, os processos de absorção e perda de energia são considerados. A partir do momento que se admite que eles existem e influenciam a dinâmica econômica, esses podem ser estudados e contabilizados. Nessa nova perspectiva "a economia ecológica contabiliza os fluxos de energia e materiais da economia humana, analisa as discrepâncias entre o tempo econômico e o tempo bioquímico, e estuda também a coevolução das espécies com os seres

[4] Modelo onde só existem famílias e empresas realizando transações e são considerados apenas os mercados de fatores de produção e de bens e serviços (MONTELLA, 2004).

humanos" (MARTÍNEZ ALIER, 2000, p.14). Não ocorre assim um simples abandono da visão neoclássica dos processos econômicos mais sim uma ampliação e contemplação de um processo muito mais complexo pelo qual passam as atividades humanas.

No próximo tópico são discutidos os elementos referentes ao reflexo desse modelo, com as lacunas ressaltadas, na agricultura e no meio rural.

**Desenvolvimento rural**

O modelo de agricultura adotado de forma difundida pelo mundo após a II Guerra Mundial (1939-1945), conhecido como Revolução Verde, gerou aumentos produtivos significativos na agricultura, com a introdução de novos insumos e processos produtivos. Porém, a racionalidade empregada nessa forma de realizar agricultura conduziu a efeitos socioeconômicos, ambientais e políticos extremamente negativos para a sociedade (ALTIERI, 2000). No caso do Brasil, esse processo de modificação da agricultura ocorreu nas décadas de 1960 e 1970, nesse período várias políticas públicas e ações foram implementadas no sentido de conduzir a uma modificação no tipo de agricultura que se realizava até então pela maioria das unidades de produção (WANDERLEY, 2009).

Visto por outro ângulo, Delgado (2012) salienta que a industrialização e a urbanização ocorridas a partir de 1930 criaram condições para um processo de modificação técnico-econômica da agricultura. Assim, o autor considera o período de 1965-1985 como auge da "modernização conservadora" da agricultura, que teve sua estrutura de funcionamento construída com forte intervenção estatal, através de um aparato que permite o processo de acumulação de capital na agricultura e uma integração dessa ao capital financeiro (DELGADO, 2012). O foco da intervenção estatal dirigi-se a uma minoria dos produtores favorecendo os que possuíam terras e uma estrutura relativa de produção e de poder, criando um processo de exclusão dos produtores que não se encaixavam nesse modelo. Para maioria dos agricultores, esse modelo de agricultura, com investimentos em inovação e difusão de tecnologia para monocultura e produção em grande escala, associados a um conjunto de políticas, como crédito rural, investimento em infraestrutura e garantia de preços, gerou uma massa de excluídos ou marginalizados do modelo tecnológico e produtivo dominante (WANDERLEY, 2009).

As políticas e o rumo que o rural tomou estão associadas ao modelo de desenvolvimento implementado no país, ocorrendo um aprofundamento de alguns problemas e a criação de novos. Sendo importante considerar que as políticas macroeconômicas utilizadas tem relação direta com as desigualdades regionais e setoriais. Observando aspectos relacionados a economia do Brasil, Delgado (2012) aponta que, o modelo de agricultura baseado na produção de *commodities* para a exportação (em regime de monocultivo tendo como base fundiária o latifúndio) é fortalecido novamente pelo Estado a partir do ano 2000, após um período de estagflação[5] da década de 1980 e posterior estabilização durante os anos 1990. Busca-se com as políticas publicas direcionadas para esse setor a geração de *superávits* no Balanço de Pagamentos[6] através de uma "reprimarização" da economia do país com produtos para a exportação. Porém, existem consequências a estrutura macroeconômica do país, induzindo a necessidade constante de capital externo para equilibrar o Balanço de Pagamentos pela disfunção que a conta serviços causa nas transações correntes (DELGADO, 2012). Dito de outra forma, como a exportação de produtos de baixo valor e uma estrutura produtiva que necessita de importações o que envia uma quantidade significativa de recursos para fora do país.

Com relação a dimensão socioambiental, problemas são refletidos na destruição e superexploração da natureza, como o processo de contaminação da população e do ambiental pelo uso de agrotóxicos ou ainda a submissão de agricultores e trabalhadores a um processo de autoexploração e subordinação a condições de trabalho degradantes. Quanto ao ambiente enfatiza que a monocultura, o sistemas simplificados e uniformes são necessários para propiciar uma melhor eficiência das maquinas e equipamentos mas este "ambiente rompe com a natureza complexa dos ecossistemas, nesses casos dos agroecossistemas tornando o sistema mais vulnerável" (SHIKI, 2013, p.146).

---

5 Cenário econômico de altas taxas de inflação com baixo ou nenhum crescimento do Produto Interno Bruto (MONTELLA, 2004).

6 Balanço de Pagamentos é o documento onde estão registradas todas as transações do país com o exterior, seja exportação ou importação, fluxos de capitais, pagamentos de serviços, etc (MONTELLA, 2004).

Frente a esses problemas, articulam-se alternativas de contestação e construção de alternativas para a agricultura e pensando um desenvolvimento diferenciado, surgem outras interpretações para o projeto de desenvolvimento do meio rural e uma delas é o desenvolvimento rural sustentável.

**Desenvolvimento rural sustentável**

O processo histórico anteriormente debatido criou contradições dentro do modelo de agricultura, conduzindo a critica por parte dos agentes excluídos do processo e setores que visualizam os limites existentes, criando processo de "contramovimentos" (POLANY, 1978). Nesse sentido, criam-se modificações institucionais que através dos contramovimentos criam resignificações, sendo instituições aqui entendidas como o conjunto de comportamentos e regras que permeiam a sociedade conduzindo a determinados códigos (comportamentos, leis, hábitos).

Para o modelo de desenvolvimento implementado até o presente momento o meio rural se restringe a produção de matérias primas para a indústria e de alimentos para a população (KAGEYAMA, 2008). Um dos elementos colocados a margem desse processo são os produtores descapitalizados, com poucas terras e que desenvolvem muitas vezes comportamentos econômicos com racionalidade limitada. Ao redor desses existe um debate extenso e com vários contrapontos entre os autores, sobre a categorização e classificação. Por alguns são considerados camponeses, por outros agricultores familiares, por outros pequenos agricultores. Esse é um debate que retoma os clássicos da questão agrária Kautsky (1854-1938), Lênin (1870-1924) e Chayanov (1888-1937). Os dois primeiros autores analisam o desenvolvimento do capitalismo no meio rural por uma perspectiva de integração da agricultura a indústria de forma que progressivamente através da constante integração ao mercado os camponeses seriam extintos (MATTEI, 1998). Para esses autores pelas particularidades do camponês ele não teria condições de sobreviver dentro do ambiente social gerado pelo desenvolvimento do capitalismo, sendo assim substituído por outra forma de agricultor.

Sobre outro prisma, Chayanov analisa o camponês a partir de sua racionalidade econômica diferenciada, e seu comportamento que é determinado pelas necessidades do

conjunto familiar, não pelo interesse individual de cada membro da família (CHAYANOV, 1985). Nesse ponto, o camponês desenvolve relações que permitem um processo de diferenciação social e não apenas integração a indústria paulatinamente. Fazendo interface com essa discussão emerge o termo agricultor familiar, diferentemente do campesinato que podia ser entendido como um tipo de cultura ou civilização e também como uma "forma particular de organizar a produção", essa nova interpretação rompe com essa forma tradicional e se obtém um agricultor familiar "moderno".

Para além da ruptura, Wanderley (2009), ressalta as continuidades entre uma forma de organização e outra, contestando a visão totalmente dicotômica entre um tipo de agricultor e outro. A categoria agricultor familiar foi integrada ao modelo de desenvolvimento rural da Revolução Verde anteriormente abordado. Nessa integração o modelo proposto tem produtores familiares altamente integrados aos mercados (e também ao estado) e aos quais não é possível associar uma pequena produtividade (ABRAMOVAY, 1992). No entanto nessa perspectiva se suprime as diversas ruralidades, homogeneizando o meio rural e suas políticas publicas de maneira a aprofundar as desigualdades e os problemas.

Analisando sob outro ângulo, Ploeg (2006), propõem a existência de diferentes graus de integração ao mercado e as "modernas" tecnologias, mas também uma classificação diferente dos tipos de agriculturas existentes. De maneira que os agricultores trabalham com suas bases de recursos de forma a conseguir diferentes combinações durante o processo de co-produção. Entende-se por co-produção, a evolução conjunta do agricultor, que tendo uma quantidade de fatores de produção limitada, trabalha a base de recursos a sua disposição (PLOEG, 2006). Assim, a diferença entre as forma de produção reside "nas diferentes inter-relações entre agricultura e mercado e no ordenamento associado ao processo de produção agrícola" (PLOEG, 2006, p.18). Essa representação está no **Quadro** 1, onde (+) significa produtos processados como mercadorias e (-) os que foram processados como não-mercadorias.

Quadro **1** – Diferentes formas de produção mercantil

| **Forma de produção de mercadorias** | **Doméstica (PD)** | **Pequena (PPM)** | **Simples (PSM)** | **Capitalista (PCM)** |
|---|---|---|---|---|

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Resultado da produção | - | + | + | + |
| Outros recursos | - | - | + | + |
| Força de trabalho | - | - | - | + |
| Objetivos | Auto abastecimento | Sobrevivência | Renda | Mais-valia |

Fonte: Ploeg (2006).

Pela categorização de Ploeg (2006) existe desde o grau mais alto de integração ao mercado (produção capitalista de mercadorias) até o menos integrado (produção doméstica). Retomando a ideia de "contramovimentos" ao modelo de desenvolvimento hegemônico apresentado no inicio da seção, a agroecologia constitui um desses movimentos, procurando de maneira geral incorporar "ideias ambientais e de sentido social acerca da agricultura, focando não somente a produção, mas também a sustentabilidade ecológica dos sistemas de produção" (ALTIERI, 2000, p.28). Por essa complexidade, agroecologia não trata-se de uma forma de fazer agricultura, mas

> constitui-se em um campo do conhecimento científico que, partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica, pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da coevolução social e ecológica, nas suas mais diferentes inter-relações e mútua influência (CAPORAL et al , 2009 p.16).

Pensando os sistemas agrícolas na forma de agroecossistemas com processos sociais, econômicos, políticos, ambientais e culturais que se integram, existe a necessidade do estabelecimento de mecanismos que permitam um processo de modificação de um estágio de agricultura para outros mais sustentáveis. Esse processo de transição para formas sustentáveis de agricultura implica um movimento complexo e não linear de incorporação de princípios ecológicos ao manejo dos agroecossitemas, "mobilizando múltiplas dimensões da vida social, colocando em confronto visões de mundo, forjando identidades e ativando processos de conflito e negociação entre distintos atores" (SCHMITT, 2013, p. 173).

Cria-se assim um contexto de necessidade de transição do sistema convencional para o sistema agroecológico, sendo que para esse processo a visão de transferência de tecnologia tradicional não tem compatibilidade. Tendo em vista estas características e pela classificação de Ploeg (2006) o tipo de produtor pequeno de mercadorias possuem potencialidade

interessantes para implementar esse tipo de agricultura. Nessa categoria poderiam ser enquadrados grande parte do setor marginalizado da agricultura, que é enquadrado na legislação como agricultura familiar. No entanto, mesmo considerando as pressões que esse grupo sofre da macroestrutura, é importante compreender que dentro desse contexto desfavorável, alternativas são criadas através do poder de agência desses indivíduos.

Dentro dessa perspectiva não se considera a agricultura apenas como produtora de matérias primas e alimentos, mas atribui-se outras funções a agricultura, admitindo a existência de uma multifuncionalidade no meio rural (CAZELLA, BONNAL, MALUF, 2009). Pensar dessa forma a agricultora permite visualizar alternativas interessantes para os territórios onde essa atividade é predominante. Adotando-se outra visão do que pode ser o desenvolvimento rural, considerando as diversas ruralidades e os integrando a consciência ambiental aos processos produtivos e de consumo.

Diante dessa discussão teórica, a seguir é realizado um esforço de fazer apontamentos sobre o processo de transição do Território Cantuquiriguaçu considerando o seguimento de agricultores e o movimento regional em direção a construção de uma proposta de desenvolvimento rural sustentável.

## CONSIDERAÇÕES: DESENVOLVIMENTO, AGROECOLOGIA E TERRITÓRIO

A partir da análise documental e de entrevistas objetivou obter informações referentes as transições desenvolvidos nos grupos de agroecologia do Território Cantuquiriguaçu, para realizações de algumas reflexões teóricas sobre estes processos.

Inicialmente problematizando a constituição do Território Cantuquiriguaçu que tem sua formação fundiária e social associada ao processo de ocupação e as condições geográficas da região. Sobre a geografia da região, o relevo ondulado e as formações de floresta possibilitaram atividades de extração, enquanto em áreas planas campestres houve exploração da pecuária. Sobre esse território, havia inicialmente uma grande população de indígenas Kaingang, porém no período de 1900 a 1920 a região teve um incremento significativo da população. Esse incremento foi causado pela migração de peões e agregados expulsos de fazendas e terras das proximidades, foragidos da justiça do Paraná, Santa Catarina e Rio

Grande do Sul, transformando o espaço em local de fugitivos da lei, posseiros refugiados do Contestado e também argentinos e paraguaios em busca de erva-mate (JANATA, 2012.).

Essa população que veio para ocupar a região constituiu relações sociais e econômicas que permitiram, em 1960, o início da acumulação de capitais por um pequeno grupo de proprietários de terras. Esse grupo obteve significativo domínio sobre os meios de produção regionais entrando em atrito com os outros agentes sociais, promovendo um significativo processo de disputa política e territorial. Assim, com disputas políticas aliadas "a falta de comunicação e isolamento da região contribuiu para a formação de uma cultura de violência que persistiu até tempos recentes (FABRINI, 2002, p. 156).

Em decorrência da crise da pecuária e de problemas deste setor a nível nacional, ocorreu no final do século XIX e início do século XX um aumento da extração vegetal em regiões ainda não exploradas mais intensamente. De forma que pelas características naturais, com densidade de ervateiras e araucárias, essa região torna-se uma alternativa de exploração. Com o fim de extração dos recursos naturais atenua-se o processo de concentração dos meios de produção já iniciado e "neste contexto, ocorreu a apropriação de grandes áreas de terra formando, consequentemente, grandes latifúndios" (FABRINI, 2002, p. 157). Nesse contexto emerge a criação da Empresa madeireira de Giacomet-Marodin, atualmente conhecida como Araupel Celulose, que na região Centro Sul abarcava, em 1996, parte considerável de três municípios, ocupando 49,6% das terras de Rio Bonito do Iguaçu; 26,7% de Quedas do Iguaçu e 10,9% de Nova Laranjeiras (JANATA, 2012).

Nessas condições, a agricultura familiar fica a margem, explorando áreas florestais e de topografia ondulada sem condições de intervir na modificação da paisagem. Uma das atividades desenvolvidas por esses pequenos agricultores nas áreas florestais é a suinocultura, que cria condições para o desenvolvimento do comércio e a estruturação de um mercado interno regional (FABRINI, 2002). A esses agricultores marginalizados juntam-se os assentados de reforma agrária que se instalam na região a partir das investidas dos movimentos sociais contra os latifúndios regionais. No entanto esses agricultores desenvolvem uma agricultura com base no modelo da revolução verde, que agrava mais ainda sua a condição de vulnerabilidade.

Essa contextualização histórica e ambiental permite visualizar o processo de formação que constituiu o tipo de agricultor que existe atualmente no território. Esse cenário de pobreza, violência e problemas produtivos causados pelo relevo, políticas macroeconômicas e modelo fundiário e de agricultura contribuem para o estagio de fragilidade que o território se encontra. Em busca de alternativas, em 2004 varias entidades se articulam para compor a Rede de Agroecologia do Território da Catuquiriguaçu.

A articulação dessas entidades propiciou em 2010 uma acumulação de condições para o processo de construção do Núcleo Regional de Agroecologia Luta Camponesa vinculado à Rede de certificação participativa Ecovida. Com o núcleo se intensificou o processo de formação e acompanhamento técnico aos grupos de agroecologia. Atualmente, o Núcleo Regional de Agroecologia Luta Camponesa conta com quarenta grupos, em doze municípios da região e aproximadamente 450 famílias envolvidas na transição agroecológica, tanto para o programa do Leite Agroecologico, como para a produção de frutas e hortaliças, verduras, açúcar mascavo, mel e derivados desse produtos agroindustrializados. O núcleo funciona com base em métodos de controle social, estabelecendo um sistema de garantia participativa que permite ao agricultor a inserção em um processo emancipador.

A partir da análise dessa experiência e nos referenciais teóricos, estabelece que alguns pontos podem ser a fonte das motivações estruturais no sentido da adoção ou não da agroecologia. O primeiro deles seria a modificação de perspectiva e o "convencimento ideológico" por parte dos indivíduos acerca da necessidade e/ou superioridade da agroecologia. A transição a partir da percepção dos aspectos negativos ligados à saúde e os impactos ambientais causados pelos tipo de agricultura baseado em insumos extremamente prejudiciais ao meio ambiente, como agrotóxicos e transgênicos. Os aspectos econômicos derivados do insucesso dos agricultores na aplicação do modelo produtivista e dependentes de insumos externos e o acoplamento entre a proposta da agroecologia e os aspectos estruturais da produção camponesa que procura mais autonomia, podem ser fatores motivadores desse processo de transição.

Finalizando, ao problematizar o debate sobre desenvolvimento rural sustentável e suas origens, considera-se que a agroecologia tem um instrumental importante para construir essa

proposta não apenas camuflando processos de sustentáveis e ambientalmente corretos. Com relação a alternativas territoriais de superação de situações de vulnerabilidade socioeconômica, política, cultural e ambiental os efeitos multiplicadores da agroecologia têm muito a contribuir. No entanto para o processo de transição de um modelo de agricultura para outro mais sustentável são necessárias metodologias que tenham aderência aos agricultores e a sociedade. Destaca-se a necessidade de estudos mais profundos e qualitativos tanto dos processos de transição quanto das metodologias existentes.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo**. Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão.** São Paulo, Hucitec. 1992.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia:** Bases científicas para una agricultura sustentable. Montevideo: Editorial Nordan–Comunidad, 2000.

CAPORAL, Francisco Roberto et al. **Agroecologia :** uma ciência do campo daComplexidade. Brasília : MDA/EMATER, 2009.

CAZELLA, Ademir; BONNAL, Philippe; MALUF Renato. **Agricultura familiar** : multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CEAGRO, Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia. **ATER como Instrumento de Fortalecimento das Comunidades do Assentamento Ireno Alves dos Santos: construindo e consolidando a viabilidade econômica e soberania alimentardas famílias assentadas através daagroecologia.** Chamada Publica ATER, 2011.

CHAYANOV, Alexander. La organización de la unidad económica. **Buenos Aires**, 1985.

CONDETEC. **CantuquiriguaçuTerritório Paraná:** Estratégia para o desenvolvimento II. Laranjeiras do Sul: CONDETEC, 2009.

CONTERATO, Marcelo Antônio; FILIPPI, Eduardo Ernesto. **Teorias do Desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Abordagens teóricas recentes sobre desenvolvimento local, regional ou territorial. In: DALLABRIDA, Valdir Roque. **Desenvolvimento Regional**: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não? Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010. p.110-152.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura á economia do agronegócio:** mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DUPAS,Gilberto. **O mito do progresso**: ou progresso como ideologia São Paulo: Editora UNESP, 2006.

FABRINI, João Edmilson. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa.** 2002. 294 f. Tese (Doutorado) Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2002. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/fabrini.pdf> Acesso em: 20 de jun. de 2013.

FURTADO, Celso.**Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1967.

HUNT, Howard j. Sheman. **História do pensamento econômico:** uma perspective critica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

JANATA, Natacha Eugênia. **"Juventude que ousa lutar!":** trabalho, educação e militância de jovens assentados do MST**.** 2012. 276 f. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/99307/309338.pdf?sequence=1> Acesso em: 01 de ago. de 2013.

KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento Rural: conceitos e aplicações ao caso Brasileiro**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MARTÍNEZ ALIER, Juan.**La economia como sistema abierto.** IN: MARTÍNEZ ALIER, Juan. Economía ecológica y política ambiental. Fondo de Cultura Económica C. Textos de economía, Ciudad de México : 2000.

MATTEI, Lauro. **Atualidades da teoria clássica sobre o capitalismo agrário**. In: III Encontro Nacional de Eonomia Política, 1998, Niterói. Anais do III Encontro Nacional de Economia Política. Niterói: EDUFF, 1998. p. 993-1017.

MONTELLA, M. **Economia passo a passo.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. O modo de produção componês revisado. In: A diversidade da agricultura familiar. SCHNAIDER, Sergio. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.

POLANY, Karl. **A Nossa Obsoleta Mentalidade Mercantil**. Revista Trimestral de Histórias e Ideias. 1978.

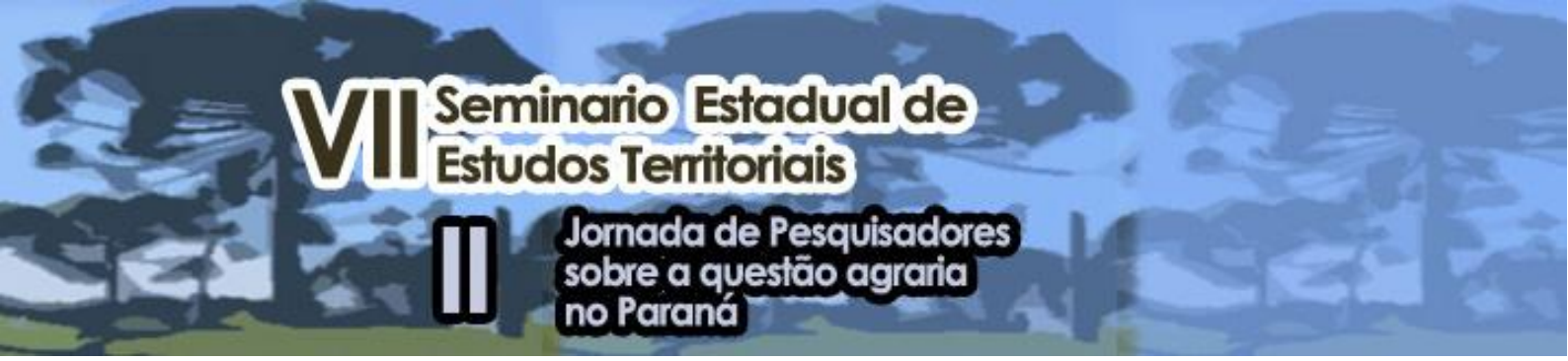
ROSTOW, Walt Whitman. **As etapas do desenvolvimento econômico:** Um manifesto não-comunista. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

SCHMITT, Claudia Job. Transição agroecológica e desenvolvimento rural:um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, Sergio e BALESCO, Moisés Villamil (orgs). **Agroecologia e os desafios da transição agroecologica.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SHIKI, Shigeo. **Impacto das inovações da agricultura tropical brasileira sobre o desenvolvimento humano.** In: SAUER, Sergio e BALESCO, Moisés Villamil (orgs). Agroecologia e os desafios da transição agroecologica. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2009.


VII Seminario Estadual de Estudos Territoriais
II Jornada de Pesquisadores sobre a questão agraria no Paraná